

Território e poder o papel da universidade pública - III

É cada vez mais evidente que não podem existir ideias sem território e que qualquer território potencializa conteúdos estratégicos políticos. As investigações feitas sobre o modo de apropriação espacial permitiram uma melhor compreensão dos problemas da exclusão social, da esgotabilidade energética e matérias-primas e da contaminação planetária. Evoluíram as concepções sobre a paisagem e modificou-se também a imagem da natureza. Esta metamorfose levou a abandonar pontos de vista mecanicistas do território. Estas e outras questões são abordadas neste texto que, por razões de espaço, se publicou em Junho e Julho e se conclui neste número.(1)

Construções monumentais e de luxo, de *arquitectos-estrela*, como é o caso de Foster, Frank Ghery, Koollas e Lipskin, permitem megaprojectos simbólicos que valorizam a atracção empresarial e tendem também a promover políticos como gestores desse modelo.

Este tipo de organização territorial tanto se realiza nos chamados países do centro como da periferia embora possam ter variações, consoante a importância geo-estratégica das multinacionais.

O que importa mostrar é que este urbanismo ?de sucesso? contém afinal uma lógica autofágica alargada, porta avançada dum paradigma entrópico e dissipativo. Esse urbanismo generalizado agrava as dependências energéticas, aumenta a contaminação poluitiva e produz esbanjamento e exclusão social. Como demonstra Ervin Laszlo(2), cada uma dessas estruturas multiplica exponencialmente o desgaste da natureza provocando dramáticas mudanças climáticas, a desertificação do globo e acelerando o limite da capacidade da terra para sustentar a vida humana. No seu livro, ?Manual do cidadão global para um planeta sustentável e sem violência?, Laszlo diz-nos que se este ritmo continuar, no ano de 2050 necessitaríamos de dois planetas do tamanho da terra.

Um alto papel moral cabe à universidade cujo interesse público caracteriza a sua própria razão de ser. Em vez de projectos ligados a empresas cuja estratégia assenta essencialmente em interesses empresariais e lucrativos, a universidade deveria orientar-se na defesa dos interesses públicos, colocando toda a logística de investigação no sentido de promover a autonomia e o desenvolvimento ecologicamente sustentado nas suas próprias construções. O que nós assistimos, nestes últimos trinta anos, é que nem em Portugal nem nos países que se libertaram do jugo colonial, se consolidou uma mudança estrutural das propostas de urbanismo e de organização territorial do modelo de sociedade.

As megacidades aumentaram e o restante território desertificou-se demograficamente. Aumentou o peso do centralismo e excluiu-se a participação cívica nas decisões democráticas.

Nada foi feito para a criação duma verdadeira descentralização territorial. Nada foi feito para a criação de uma malha policêntrica que dinamize o território todo. Nada foi feito para que sejam criados pólos energéticos renováveis que permitam a autonomia crescente das populações do interior.

Importa aqui assinalar que a perspectiva de desenvolvimento ecologicamente sustentável se opõe ao crescimento que reina como estratégia política hegemónica. Crescimento não é desenvolvimento. O crescimento que preside à lógica do capitalismo neo-liberal resulta dos interesses do mercado e não do bem público.

O desenvolvimento social e ecologicamente sustentado, impõe o uso ético dos fundos públicos, resultantes do esforço colectivo, para uma resposta social que não ponha em causa a vida no planeta.

Esse ecodesenvolvimento que defendemos, deveria estar presente na organização territorial. E, no sentido duma pedagogia social, a universidade, como todo o ensino público, deveriam ser um exemplo: energias renováveis, materiais ecológicos, reciclagem de lixos, depurações ecológicas da água, sistemas bioclimáticos, etc., deveriam estar disponíveis para a formação dos cidadãos.

Assim, toda a logística do ensino público (edifícios e espaços públicos) deveriam ser exemplos demonstrativos. Deveriam ser lugares a generalizar.

Em vez dos edifícios energetívoros que temos e que se continuam a fazer, por razões mercantis, dever-se-iam reabilitar as construções no sentido ecológico e promover-se uma ecologia social de eco-urbanismo, eco-energia, eco-transporte, de maneira a provocar uma mudança de paradigma.

Notas:

- 1) Os textos publicados em Junho e Julho podem ser também lidos em <http://www.apagina.pt/arquivo/FichaDeAutor.asp?ID=112>
- 2) ?Manual do cidadão global para um planeta sustentável e sem violência?, Ervin Laszlo, Ed. Club de Budapest, Nowtilus, 2004